cadastro do profissional que deixar de satisfazer as exigências desta Portaria.
9.5. Os profissionais serão responsáveis a qualquer época, pela fidelidade das informações dos documentos prestados.

9.6. A participação no presente credenciamento importa na aceitação integral e irrevogável das normas contidas desta Portaria.

9.7. A EAP/SEAP poderá, a qualquer tempo excluir ou alterar a área de conhecimento para credenciamento e, também alterar a forma de disposição das informações requeridas nos anexos e desta Portaria, sem que isto represente um novo processo de credenciamento, desde que o motivo seja para adequar o instrumento de credenciamento à necessidade de atender à variedade de demanda de seus servidores, ocasião em que a referida mudança será objeto de informação de domínio público.

9.8. O docente que deseja substituir ou incluir disciplinas em seu cadastro terá que solicitar via e-mail eapcadastrodedocente@gmail.com para Direção da EAP/SEAP com o documento de comprovação na área da disciplina pretendida.

9.9. Todo e qualquer esclarecimento referente a este processo de credenciamento deverá ser por e-mail eapcadastrodedocente@gmail.com para Direção da EAP/SEAP, com prazo de resposta máximo de 03 (três) dias úteis.

9.10. Os casos omissos serão resolvidos pela EAP em conjunto com a Comissão de Avaliação e Seleção, com prazo de resposta máximo de 03 (três) dias úteis.

Belém (PA), 16 de agosto de 2021.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

ANEXO II

PORTARIA Nº 24/2021 – GAB/SEAP/PA

BELÉM-PA, 13 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Dispõe sobre o credenciamento de pessoas físicas para integrarem o cadastro para eventual contratação de profissionais a fim de atuarem como professores(as)/instrutores(as) na Escola de Administração Penitenciária do Estado do Pará (EAP) nas demandas de formação de servidores da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará – SEAP.

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Comissão permanente para, tendo em conta às regras contidas no Edital nº 01/202-EAP/SEAP/PA, receber as inscrições dos interessados, proceder à respectiva seleção dos candidatos e publique o resultado final contendo os nomes dos que comporão o cadastro da EAP como professores(as)/instrutores(as), adotando todas as medidas necessárias para preservar a imparcialidade, legalidade, moralidade e publicidade do certame.

Art. 2º. A Comissão será composta por Carlos Gilberto Chaves Alho, Auxiliar Operacional, Gerson Haroldo Nobre Barbosa, Auxiliar de Informática, Telma Maria Medeiros de Lima, Técnico em Gestão Penitenciária, Sílvia Cristina Pinheiro Siqueira, Assistente Administrativo, e Paulo Rocha Cunha, Coordenador de Trabalho e Produção para a conclusão do trabalho.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Belém (PA), 13 de janeiro de 2021.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

ANEXO - III

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ACEITE

Declaro, sob as penas da lei, para fins de credenciamento junto a EAP/SEAP que:

Estou ciente e aceito todos os termos e condições do Edital de Credenciamento e seus anexos e a elas desde já me submeto;

Estou ciente que o presente Edital de Credenciamento não significa obrigatoriedade da EAP/SEAP solicitar a prestação de serviços e não há garantia de quota mínima ou máxima de trabalhos;

Não estou em situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta. E ainda que o presente Credenciamento não gere direito subjetivo à minha efetiva contratação, razão pela qual, assumo a responsabilidade do recolhimento de toda e qualquer despesa de natureza trabalhista e previdenciária.

Não sofri, no exercício da função pública, penalidade por prática de atos desabonadores. E, por ser expressão da verdade, firmo a presente em uma única via, para que surta os efeitos desejados.

_____/_____, ____ de _____ de 2021.

(Local, data)

Nome completo do(a) Credenciado(a) (letra legível)

Nº. RG

Assinatura do(a) Credenciado(a)

ANEXO - IV

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE NÃO HAVER INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS

Eu _____ (nome completo do credenciado), servidor da Administração Direta () Indireta () do Estado do Pará () Autônomo, sem vínculo com Estado (), portador do R.G. nº. _____ e do CPF nº. _____, Matrícula _____ DECLARO não haver incompatibilidade de horário ou nenhum outro tipo de impedimento quanto ao meu cadastramento junto a esta SEAP.

Belém, ____ de _____ de 2021.

(Assinatura do Credenciado)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DE USO DE MATERIAL DIDÁTICO

Eu, _____, portador (a) do RG n.º _____, inscrito (a) no CPF sob o n.º _____, residente na Rua _____ n.º _____, Cidade: _____ Estado: _____, AUTORIZO o uso de material didático por mim produzido (texto base/apostilas, slide de apresentação, vídeo aula, e outros) com fim das aulas da Escola de Administração Penitenciária, sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

A presente autorização abrange o uso do material por mim elaborado é concedido à Escola de Administração Penitenciária a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais para toda e qualquer finalidade, seja para uso educacional e outros que existam ou venham a existir no futuro, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém, ____ de _____ de 2021.

(Assinatura)

Telefone para contato: (____) _____

ANEXO VI

RESOLUÇÃO Nº 148/2015 - CONSUP

INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA PÚBLICA – IESP

CONSELHO SUPERIOR DO IESP – CONSUP

RESOLUÇÃO Nº 148/2015 – CONSUP

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO – Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social e Presidente do CONSUP, no uso de suas atribuições legais, prevista pelo art. 5º, da Lei Estadual nº 6.257, de 17 de novembro de 1999, concomitantemente com o art. 17, do Estatuto do IESP, aprovado pela resolução nº 12/1999, do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). CONSIDERANDO a proposta apresentada pela Direção do Instituto de Ensino de Segurança Pública - IESP, e em cumprimento às decisões do egrégio Conselho Superior do IESP - CONSUP, em sessão realizada em 12 de agosto de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar a tabela de valores de hora-aula a serem remunerados a professores, instrutores e monitores contratados para a prestação de serviços ao Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP e demais órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, conforme tabela constante no anexo I da presente resolução;

Art. 2º: Para fins de entendimento da presente resolução, entende-se como: I – Docente/Instrutor/Professor: o profissional ou servidor, ativo ou aposentado, do quadro de pessoal das Instituições de Segurança Pública no exercício eventual do magistério, assim como a pessoa não pertencente ao quadro de pessoal das Instituições de Segurança Pública, contratada para o exercício do magistério das ações formativas, de capacitação continuada, aperfeiçoamento, especialização, treinamento, na modalidade presencial ou à distância.

II – Monitor: o profissional ou servidor, ativo ou aposentado, do quadro de pessoal das Instituições de Segurança Pública, assim como a pessoa não pertencente ao quadro de pessoal das Instituições de Segurança Pública com encargos de auxiliar o Professor/Instrutor nas aulas em que forem utilizadas técnicas de ensino que exijam a presença de um ou mais auxiliares nas atividades práticas;

Art. 3º: As atividades acadêmicas de palestras serão remuneradas conforme avaliação de cada instituição, obedecidos os requisitos legais para contratação do palestrante e a previsão orçamentária no planejamento do curso;

Art. 4º: Os valores de hora-aula serão calculados e remunerados de acordo com o Nível de Titulação do Docente;

§ 1º As atividades acadêmicas de caráter operacional realizadas em ambientes de selva, ambientes aquáticos, terrestres, laboratórios, bem como instruções de tiro, defesa pessoal, operações em altura, operações aéreas, combate a incêndio, resgate, atendimento pré-hospitalar (APH) e outras de caráter prático poderão ter a participação de monitores, conforme a necessidade da referida atividade.

§ 2º Os monitores serão remunerados com valor de hora-aula equivalente ao nível médio/técnico, constante na tabela do anexo I da presente Resolução, independentemente do nível de titulação acadêmica destes.

Art. 5º: A remuneração devida aos professores, instrutores e monitores obedecerá à retenção tributária legal, referente ao Imposto sobre Serviços – ISS, ao Imposto de Renda – IR e à contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, quando couber;

Art. 6º: Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução desta Resolução serão dirimidos pelo CONSUP;

Art. 7º: Esta Resolução entra em vigor em 01 de janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução n.º 001/2002, de 15 de janeiro de 2002.

Plenário do CONSUP, 14 de agosto de 2015.
JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO
Presidente do Conselho Superior do IESP
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social